

Falta de verba ameaça

Saúde
Fundação busca, com parcerias e doações, recursos para manter o atendimento

A Fundação Oncocentro de São Paulo (Fosp) pode reduzir o atendimento a pacientes com câncer se não conseguir formas alternativas de obtenção de verbas, como parcerias e doações. Os recursos da Secretaria de Estado da Saúde, a qual está vinculada, e a receita do Sistema Único de Saúde (SUS) são insuficientes para manter o atual atendimento — cerca de 30 mil pessoas por ano — até o final de dezembro, segundo o diretor científico da entidade, Carlos Marigo. “A situação é muito grave”, resume Marigo. “Se não conseguirmos outras maneiras de aumentar a receita não temos como nos expandir e suprir o aumento da demanda.”

Nos dois últimos meses, a Fosp sofreu uma redução de 17% na folha de pagamento. Há 27 vagas, mas não existe autorização para fazer concursos. A entidade possui dívidas com o INSS — o valor não foi revelado pela diretoria — e não tem recursos para colocar em funcionamento quatro dos oito andares do prédio onde está instalada, na Rua Oscar Freire, Jardins. O programa de expansão, que inclui o atendimento ambulatorial aos portadores de câncer de próstata, pulmão e estômago, está parado.

A Fosp faz, em média, 110 mil exames preventivos de câncer de colo útero por ano. A entidade oferece programas de formação, aprimoramento e treinamento aos profissionais da rede pública, como médicos e técnicos de nível médio e universitário. Também responde pela coleta e análise dos dados sobre a incidência de câncer no Estado.

Anualmente, são 90 mil novos casos de câncer no Estado. “Realizamos exames que sequer constam da tabela do SUS”, diz Marigo. “Os avanços na medicina são constantes, mas a tabela não acompanha esse desenvolvimento.” A Fosp está buscando parcerias com a iniciativa privada, como uma das soluções para as dificuldades que enfrenta. “Contamos também com o apoio da comunidade.” As doações podem ser feitas para a Fundação Oncocentro de São Paulo, conta 0201-43-000020-4, Banespa, agência Consolação.

Câmara deve votar hoje projeto do PAS

O projeto de lei que institui o Plano de Atendimento à Saúde (PAS) na cidade de São Paulo deve ser aprovado em definitivo hoje pela Câmara Municipal de São Paulo. A proposta, que autoriza o prefeito Paulo Maluf a transferir a administração da rede municipal de saúde para cooperativas, foi aprovada em primeira sessão por 33 votos a 3, na terça-feira.

A expectativa dos partidos que apoiam o prefeito e de alguns vereadores de oposição é que o resultado seja mantido. A única forma de os partidos de oposição — PT, PSDB e PC do B — impedirem o prefeito Paulo Maluf de colocar em prática o PAS é a Justiça julgar procedente o mandado de segurança impetrado sexta-feira.

A ação pede a concessão de liminar anulando a sessão em que o projeto de lei foi aprovado em primeira votação. O secretário Getúlio Hanashiro afirmou que dez dias depois de o projeto ser aprovado em definitivo, os prontos-socorros e hospitais dos bairros de Pirituba e Perus, na Zona Norte, começarão a ser administrados por cooperativa. O próximo bairro onde o PAS deverá ser instituído é Campo Limpo, na Zona Sul.

Trabalho do Oncocentro

Marcos Góes Filho/AF

SAÚDE